



# ESCRITÓRIO DA PROCURADORA-GERAL DA COMUNIDADE DE MASSACHUSETTS

ANDREA JOY CAMPBELL  
ATTORNEY GENERAL

ONE ASHBURTON PLACE  
BOSTON, MASSACHUSETTS 02108

(617) 727-2200  
[www.mass.gov/ago](http://www.mass.gov/ago)

## **Orientação da Procuradora-Geral:** **Informações gerais para provedores de serviços em Massachusetts sobre a execução das** **leis de imigração**

Todos os membros de nossa comunidade devem sentir-se encorajados a buscar ajuda e receber apoio em momentos de necessidade. Nosso escritório tem recebido preocupações sobre como mudanças na abordagem do governo federal em relação à aplicação das leis de imigração podem afetar nossas comunidades de imigrantes e aqueles que lhes fornecem serviços. Estas orientações têm como objetivo fornecer informações aos prestadores de serviços<sup>1</sup> (doravante “organizações”) sobre o atendimento a residentes imigrantes, além de apresentar uma visão geral dos passos que essas organizações podem tomar para se preparar para possíveis encontros com autoridades do Imigração e Controle Aduaneiro (ICE) e responder a algumas dúvidas sobre a capacidade de imigrantes de acessar assistência financeira ou outros benefícios do governo em razão de seu status migratório.

**Estas orientações não constituem aconselhamento jurídico ou parecer jurídico formal da Procuradora-Geral. Uma organização deve consultar um advogado em relação a questões e preocupações específicas e para determinar como as considerações apresentadas a seguir afetam a organização em questão.**

### **PERGUNTAS E RESPOSTAS**

*Uma organização deve coletar informações sobre o status migratório?*

Na maioria dos casos, não é necessário coletar informações sobre o status migratório de uma pessoa para fornecer serviços. Se não for preciso obter informações pessoais, elas não devem ser coletadas. Organizações que prestam serviços relacionados à imigração podem precisar coletar informações sobre status migratório; essas organizações podem tranquilizar os indivíduos explicando quais informações serão coletadas, porque tais informações são necessárias e como o acesso a esses dados é limitado pela organização.

Ao coletar qualquer informação pessoal, incluindo dados sobre status migratório, uma organização deve garantir que documentos pessoais contendo informações sensíveis fiquem protegidos da visão de outras pessoas e que conversas sobre tais informações não possam ser facilmente ouvidas por terceiros.

---

<sup>1</sup> Para fins deste documento, provedores de serviços incluem, mas não se limitam a instituições de caridade, organizações de serviços e organizações sem fins lucrativos em geral.

## *Onde o ICE realiza suas atividades de fiscalização?*

Muitas organizações estão preocupadas com a possibilidade de ações do ICE, especialmente após a recente revogação das diretrizes do ICE que, em geral, proibiam agentes de atuarem em ou próximo a áreas “sensíveis” ou “protegidas”<sup>2</sup>, tais como escolas, locais de culto religioso, instituições de serviço social e instalações de saúde. A nova diretriz não inclui regras ou procedimentos concretos para os agentes do ICE seguirem, mas instrui-os a usar “senso comum” ao decidir onde realizar ações de imigração.

## *Que medidas uma organização pode tomar para se preparar para ações do ICE?*

As organizações devem considerar a adoção de políticas e procedimentos abrangentes que se apliquem a qualquer atividade policial, incluindo ações de imigração conduzidas pelo ICE. Recomenda-se que as políticas incluam:

**Treinamento e Preparação:** As organizações podem realizar treinamentos de “Conheça seus Direitos”; fornecer cartões com direitos; consultar orientações de outras organizações e agências estaduais, como o Gabinete para os Refugiados e Imigrantes, a MIRA Coalition (Coalizão de Massachusetts de Advocacia para Imigrantes e Refugiados) e o Centro Nacional de Direito da Imigração. As organizações também podem considerar, onde aplicável, a realização de um planejamento de emergência com aqueles a quem atendem, para que estejam preparados para a possibilidade de prisão ou detenção pelo ICE. Para mais informações sobre planejamento de emergência, consulte o [Guia de Planejamento de Emergência para Pais com Status de Imigração Incerto](#), publicado pela Procuradora-Geral.

**Designação de Áreas Privadas:** As organizações podem desenvolver políticas para designar áreas privadas que não sejam acessíveis ao público em geral. Essa designação pode ser feita por meio de sinalização, uso de crachás ou chaves, o que favorece um ambiente seguro e apropriado para a missão da organização. Assim como outros órgãos de segurança, o ICE não pode entrar em áreas privadas designadas sem o consentimento da organização ou um mandado judicial ou ordem de um tribunal.<sup>3</sup>

As organizações devem treinar todos os funcionários e, se possível, designar um membro da equipe para interagir com o ICE ou outras autoridades policiais<sup>4</sup>. Qualquer resposta poderá incluir as seguintes etapas:

---

<sup>2</sup> Ver [Statement from a DHS Spokesperson on Directives Expanding Law Enforcement and Ending the Abuse of Humanitarian Parole](#) em <https://www.dhs.gov/news/2025/01/21/statement-dhs-spokesperson-directives-expanding-law-enforcement-and-ending-abuse>.

<sup>3</sup> A autoridade do ICE, assim como a de outros órgãos de segurança, é regida pela Quarta Emenda da Constituição dos EUA, que protege contra buscas e apreensões indevidas. A legalidade de uma busca em determinado local depende de se a pessoa possui expectativa razoável de privacidade no lugar que o ICE procura acessar. Se existir essa expectativa razoável de privacidade, a Constituição dos EUA proíbe o acesso sem consentimento, sem mandado judicial assinado por um juiz ou em circunstâncias urgentes que dispensem a exigência de mandado.

<sup>4</sup> Se a organização trabalha com a polícia municipal, estadual ou universitários, verifique se as práticas desses órgãos são consistentes com a decisão do caso *Lunn v. Commonwealth*, 477 Mass. 517 (2017). Nessa decisão, a Suprema Corte Judicial de Massachusetts determinou que a polícia local e agentes de segurança não podem manter uma pessoa detida “exclusivamente com base em um mandado federal de imigração civil.”

- (1) Solicitar ao agente policial que informe seu nome, número de identificação e o nome da agência à qual está vinculado.
- (2) Perguntar ao agente se ele possui um mandado judicial ou ordem de um tribunal e, em caso afirmativo, solicitar uma cópia do documento.
- (3) Informar ao agente que não se está tentando obstruir suas ações, mas que não há autorização para responder ao pedido, sendo necessário contatar a pessoa responsável antes de conceder acesso.
- (4) Pedir ao agente que aguarde do lado de fora (ou em um espaço público) enquanto você entra em contato com o assessor jurídico ou responsável apropriado em sua organização.

*Que tipos de documentos um oficial do ICE pode apresentar ao realizar ações de fiscalização e o que você deve observar?*

Os oficiais de imigração podem apresentar vários documentos, nem todos são mandados no sentido constitucional. As organizações não são obrigadas a consentir com a busca de áreas privadas de suas instalações a menos que seja apresentado um mandado judicial, assinado por um juiz ou magistrado, baseado em provável causa. Intimações (subpoenas), sejam administrativas ou judiciais, são documentos que solicitam a apresentação de documentos ou depoimentos. Geralmente, não exigem respostas imediatas e podem ser contestadas em tribunal. Se possível, um membro designado da equipe deve analisar todos os documentos apresentados pelos oficiais de imigração com a ajuda de um advogado. As organizações podem orientar sua equipe a não interferir fisicamente nas ações de oficiais de imigração ou de qualquer autoridade policial.

Se for apresentado um mandado ou outro documento judicial por autoridades de imigração ou policiais, o membro designado da equipe em uma organização deve verificar se o documento: (1) É um mandado judicial válido; (2) Está assinado por um juiz ou magistrado; (3) Indica o endereço do local que será revistado; (4) Caso haja indicação de prazo, está sendo executado dentro do período especificado no mandado.

***Mandados de remoção administrativa do ICE (Form I-200) ou de prisão (Form I-205)*** autorizam agentes do ICE a prender uma pessoa suspeita de violar as leis de imigração. Esses documentos não constituem mandados no sentido da Quarta Emenda da Constituição dos EUA, não são assinados por juiz ou magistrado e não se baseiam em provável causa de crime. Eles não obrigam as organizações a conceder acesso aos agentes do ICE em áreas não públicas.

---

que os agentes da autoridade não podem deter um indivíduo “apenas com base numa ordem federal de detenção civil de imigração”.

*Mandados federais de prisão (Form AO 442) ou de busca e apreensão (Form AO 93)* são emitidos por um juiz ou magistrado federal com base em provável causa, autorizando a busca e apreensão de propriedade em um local especificado ou a prisão de uma pessoa nomeada no mandado, incluindo em áreas não públicas. Geralmente, o cumprimento desses mandados é obrigatório e imediato. Se possível, a organização deve analisar o documento e consultar um advogado.

*De que forma os serviços prestados por uma organização afetam o status migratório de um beneficiário?*

De acordo com a política federal vigente<sup>5</sup>, o recebimento de benefícios não monetários para os quais o indivíduo é elegível não afeta seu status migratório. Isso inclui, entre outros, SNAP (Programa de Assistência Nutricional Suplementar), Head Start, Workers' Compensation (equivalente a indenização por acidente de trabalho), Medicaid (MassHealth) (exceto para cuidados em casas de repouso) e CHIP (Programa de Seguro de Saúde Infantil). A assistência oferecida por organizações privadas não é considerada um benefício público dentro da regra de “carga pública” (public charge).

Uma determinação de inadmissibilidade por “carga pública” é baseada na probabilidade de o não cidadão tornar-se primariamente dependente do governo para seu sustento, enfocando o recebimento de benefícios públicos em dinheiro para manutenção de renda ou institucionalização de longo prazo às custas do governo. O teste de “carga pública” (public charge) não se aplica a renovações de green card, nem àqueles que buscam status de refugiado, asilo, Status de Proteção Temporária (TPS), portadores de visto U e T, Jovens Estrangeiros Especialmente Imigrantes (Special Immigrant Juveniles) ou solicitantes de autopenitência por meio da Lei de Violência contra Mulheres (Violence Against Women Act).

*Quais recursos uma organização pode indicar caso uma pessoa seja detida?*

Caso um indivíduo seja detido pelas autoridades de imigração, as organizações devem considerar encaminhá-lo ou encaminhar seus familiares aos seguintes recursos.

#### Localizador de Detentos do ICE

O localizador de detentos do ICE (<https://locator.ice.gov/odls/homePage.do>) pode ajudar a descobrir se um membro da família foi detido e onde ele está sendo mantido. Para usar o localizador de detentos do ICE, é útil saber a data de nascimento, o país de nascimento e o Número de Registro de Estrangeiro (“A-Number”) da pessoa, se houver. Observação: O localizador de detentos do ICE serve apenas para localizar indivíduos que já estejam detidos. Se alguém tiver dúvidas gerais sobre seu status migratório, deve consultar um advogado.

---

<sup>5</sup> A regra atual foi promulgada em 2022. A designação de “carga pública” não pode ser alterada por Ordem Executiva. Qualquer mudança na regra exige um processo mais extenso de regulamentação federal.

### Assistência Jurídica

Advogados de imigração na iniciativa privada, representantes credenciados (vinculados a organizações reconhecidas para auxiliar imigrantes em processos de imigração) ou organizações de assistência jurídica podem ajudar a garantir a libertação de indivíduos detidos ou auxiliar no agendamento de visitas de familiares. Os seguintes recursos podem ajudar a encontrar representação legal: [Detention & Deportation | Massachusetts Legal Help](#) e <https://www.mass.gov/info-details/finding-a-lawyer>.

Informações sobre se um advogado está licenciado e em situação regular podem ser verificadas na Board of Bar Overseers (<https://www.massbbo.org/s/>). Há ainda uma lista de Organizações Reconhecidas em Massachusetts, credenciadas pelo Board of Immigration Appeals (BIA) para representar imigrantes perante o Departamento de Segurança Interna (DHS) e o Executive Office of Immigration Review (EOIR), disponível aqui: <https://www.justice.gov/eoir/page/file/942306/dl#MASSACHUSETTTS>.

### Consulado ou Embaixada

O consulado ou embaixada do país de origem de um indivíduo pode oferecer informações e assistência adicionais. Para obter uma lista de consulados em Massachusetts, visite [mass.gov/consular-corps-in-massachusetts/locations?page=0](https://mass.gov/consular-corps-in-massachusetts/locations?page=0).

*Com quem a organização pode entrar em contato no Escritório da Procuradora-Geral para esclarecer dúvidas ou relatar um incidente?*

Se você tiver dúvidas ou precisar de mais assistência, entre em contato com o Escritório da Procuradora-Geral pelo telefone (617) 963-2917.

*Fevereiro 7, 2025*